

# Etnografia *on-lineOff-line* multissituada em tempos de aceleração

## *Multi-situated onlineOffline ethnography in times of acceleration*

Thiago Benitez de Melo 

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - [thiago\\_benitez@hotmail.com](mailto:thiago_benitez@hotmail.com)

### Como citar o artigo

MELO, T. B. Etnografia *on-lineOff-line* multissituada em tempos de aceleração. *Revista Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 23, n. 1, AG6, 2024

### Resumo

Este texto objetiva, de forma tran/inter/indisciplinar, discutir o fazer científico etnográfico em tempos de redes sociodigitais, *on-lineOff-line*, e levantar reflexões acerca do uso da etnografia como uma prática social muito além de um método científico ou uma metodologia de campo, perpassando meros instrumentos de pesquisa para “fins” acadêmicos. Para isso, a intenção basilar é mostrar a etnografia, em contextos de aceleração e virtualidade, como uma prática metapragmática reflexiva da vida, da sociedade, dos indivíduos, das comunidades e dos saberes, capaz de (d)escrever o mundo, sobretudo a partir de visões do “Sul”, transformá-lo no ato de sua própria escrita, por meio da linguagem, e aprender a lidar com os sujeitos de maneira mais afetiva e inclusiva.

**Palavras-chave:** Etnografia multissituada. Vida *on-lineOff-line*. Prática social.

### Abstract

This text aims, in a trans/inter/interdisciplinary way, to discuss ethnographic scientific practice in times of socio-digital networks, online/Offline, and raise reflections on the use of ethnography as a social practice far beyond a scientific method or a field methodology, going beyond mere research instruments for academic “purposes”. To achieve this, the basic intention is to show ethnography, in contexts of acceleration and virtuality, as a metapragmatic practice reflective of life, society, individuals, communities and knowledge, capable of (d)writing the world, especially from of “Southern” views, transforming it into the act of your own writing, through language, and learning to deal with subjects in a more affectionate and inclusive way.

**Keywords:** Multi-sited ethnography. Life onlineOffline. Social practice.

## 1 INTRODUÇÃO

Não há como negarmos que a etnografia está do começo ao fim das pesquisas que envolvem seres humanos e suas culturas, imersa na escrita. Essa escrita inclui, no mínimo, uma tradução da experiência para a forma textual. O processo é complicado pela ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor. A observação etnográfica se apresenta como uma fórmula para o contínuo vaivém entre o interior e o exterior dos acontecimentos: ao mesmo tempo que capta o sentido de ocorrências

Fonte de financiamento: Nenhuma.

Conflito de interesse: O autor declara não haver.

Data de recebido: 29 Abr 2024. Data de aprovado: 17 Set. 2024



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial No Derivative, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais, sem alterações e que o trabalho original seja corretamente citado.

e gestos específicos, pela empatia, também dá um passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos. Acontecimentos singulares, assim, adquirem uma significação mais profunda ou mais geral, regras estruturais, e assim por diante (CLIFFORD, 2002).

A antropóloga brasileira Mariza Peirano relatou, certa vez, que estava fazendo seu recadastramento eleitoral biométrico em Brasília depois de ter enfrentado uma gigantesca fila. Ela teve de tirar uma foto para registo, confirmar dados pessoais e fazer uma assinatura idêntica a dos seus outros documentos, tudo para provar que ela era ela mesma. Ao sair do fórum eleitoral, a antropóloga ativou seu “etnografômetro” e pensou: Quem sou eu sem meus documentos? Quais direitos legais eu perco caso não os tenha? Eu continuaria sendo um sujeito na sociedade se os perdesse? Como funciona o recadastramento eleitoral nos outros países? Estava apenas cumprindo uma obrigação legal ou eu poderia fazer etnografia naquele momento ao refletir sobre essas questões? Provavelmente os dois, já que é impossível desassociar pesquisa de experiência.

Nesse momento, veio à cabeça da autora fatos sócio-históricos que se relacionam com o que ela havia refletido, como a falta de obrigação do voto nos Estados Unidos e o cadastramento indiano, feito com o escaneamento de íris; as teorias de Béatrice Fraenkel sobre a história da assinatura; as discussões de Marcel Mauss sobre a noção de sujeito/pessoa; e as reflexões de Claude Lévi-Strauss a respeito das classificações sociais. Sua percepção etnográfica foi ativada.

A história de Peirano (2014) me fez lembrar do dia em que minha mãe foi ao banco para fazer a sua prova de vida. Ela voltou para casa e disse: “todo ano tenho que ir fazer esse negócio de prova de vida. É o fim. Até porque se eu estivesse morta, com certeza eles [do banco] seriam os primeiros a saber.” Minha mãe não entendia o motivo pelo qual ela só poderia receber seu benefício caso provasse estar viva, e não bastava apenas sua presença no banco, ela ainda teria que tirar uma foto e assinar documentos. Quer dizer, ela não seria “existente” sem os documentos legais e civis que comprovem sua existência.

As duas mulheres, a antropóloga e minha mãe, passaram por situações muito semelhantes, mas por que a primeira estaria fazendo pesquisa etnográfica e a segunda, não? E, afinal, quando e onde começa uma pesquisa? Na universidade? No momento em que se decide escrevê-la ou quando são selecionados métodos e teorias? Uma pesquisa possui um começo, um meio e um fim? Quando (e onde) uma análise interpretativa passa do lugar de senso comum ao status de ciência?

Dito isto, o objetivo deste artigo é discutir e levantar reflexões acerca do uso da etnografia como uma prática social que perpassa um mero método científico ou uma metodologia de campo, indo muito além de uma gama de instrumentos de pesquisa para “fins” acadêmicos; pelo contrário, objetiva-se, aqui, mostrar a etnografia como uma prática metapragmática reflexiva da vida, da sociedade, dos indivíduos, das comunidades e dos saberes, capaz de (d)escrever o mundo e transformá-lo no ato de sua própria escrita, por meio da linguagem.

Para isso, o artigo está organizado em cinco seções, esta Introdução, primeira seção; na segunda, serão explanados os múltiplos conceitos de etnografia e do fazer etnográfico, discutindo a respeito de suas aplicações e importância nos estudos contemporâneos; a terceira seção traz reflexões sobre as “etnografias do Sul”, trazendo discussões sobre pesquisas etnográficas decoloniais e a necessidade de pensarmos em pesquisas a partir das margens; na quarta, o foco é refletir sobre a ética e a pesquisa em uma sociedade cada vez mais dinâmica e qual a posição da etnografia nesse cenário; por fim, o artigo traz algumas considerações sobre o fazer etnográfico na vida *on-lineOff-line*.

## **2 “CIENTIFICIZANDO” A VIDA: A ETNOGRAFIA PARA ALÉM DE UM MÉTODO DE PESQUISA**

A pesquisa começa, sem dúvida, com o estranhamento, com o inusitado, com o imprevisível. Tudo que nos intriga nos leva a refletir, a pensar sobre determinada situação que sem a experiência, talvez, não pensaríamos. Isso porque, muitas vezes, a vida repete a teoria, e a teoria “cientificiza” a vida.

Utilizando a referência de minha mãe, na Introdução deste artigo, podemos perceber que ela havia tido, com sua ida ao banco, apenas uma *indignação* com um acontecimento cotidiano, enquanto a antropóloga Mariza Peirano havia tido uma *indagação* a respeito de um acontecimento banal.

Peirano (2014, p. 378) fez conexões entre fatos e teorias, vida e pesquisa, experiência e ciência, relacionando sua capacidade de observar a sociedade com sua bagagem epistêmico-metodológica: “É nesse momento que o instinto etnográfico é acionado”. Depois de tantas reflexões, e ter associado o acontecimento do recadastramento com inúmeras teorias, conceitos e métodos, a própria antropóloga nos relata:

O que eu estava fazendo no posto eleitoral? Simplesmente me recadastrando? Ou fazendo etnografia? Ou as duas coisas? Desse episódio fica claro que a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem, hoje que abandonamos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar porque alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos (PEIRANO, 2014, p. 379).

Se a pesquisa científica, então, pode ser feita nos lugares e momentos mais inusitados e arbitrários (até sublimes e grotescos), a pesquisa etnográfica, segundo a autora, deve atender a três condições básicas para existir: i) considerar a comunicação, a linguagem, *no* e *do* contexto da situação; ii) transportar para a linguagem verbal (ou não verbal) o que foi vivido intensamente na pesquisa de campo, transformando experiência em texto; e iii) detectar a eficácia social das ações de forma analítica (PEIRANO, 2014, p. 380). Ou seja, interpretar aquilo que foi experienciado e reconhecer que o olho do observador interfere no objeto observado, ou seja, seus princípios e bagagem cultural interferem naquilo que está sendo pesquisado (BORTONI-RICARDO, 2008). O campo, obviamente, não fornece dados prontos, eles não estão lá (como se fosse possível chegar e capturá-los), são nossos olhares e escolhas sobre as informações que temos que se transformam em registros no processo reflexivo (URIARTE, 2012).

A autora ainda afirma:

O tema dos documentos me fez ciente de que estava deixando para trás em definitivo as divisões clássicas da nossa cosmologia ocidental: ciência, religião, política, família etc. Estava, na verdade, olhando a política nos interstícios, nas brechas entre o que concebemos como política designada no senso comum e na academia (as ideias de Estado-nação, cidadania, público e privado, partidos políticos) e o que são simples medidas administrativas concebidas para regular a vida cotidiana (PEIRANO, 2014, p. 388).

Em outras palavras, a pesquisa científica é indissociável à visão de mundo do pesquisador, sua maneira de observar e absorver o social, é um trabalho intenso de análise e interpretação: pesquisar é interpretar. Analisar determinadas condutas e refletir sobre determinada ação evidencia a tensão e conexão entre indivíduo e sociedade, estabelecendo, assim, vínculos entre conceitos/assuntos e a realidade social. Nesse sentido, ao invés de tomarmos a etnografia como um método com instrumentos bem definidos e delimitados de pesquisa, com tempo de início e prazo de término, deveríamos tomá-la como uma abordagem de investigação científica capaz de demonstrar como esta mesma abordagem de pesquisa traz algumas contribuições importantes para o campo das pesquisas qualitativas (MATTOS, 2011).

A pesquisa etnográfica não pode existir, de fato, sem a visão qualitativa interpretativista que a compõe, isto porque dados e tabulações, frequentemente usadas nas pesquisas quantitativas, comparam grupos e situações, confrontam contextos e equiparam resultados, fazendo com que, muitas vezes, se perca o sentido das relações entre esses dados: “nós [etnógrafos qualitativos interpretativistas] podemos fazer isto sem estatística” (MATTOS, 2011, p. 61), visto que a linha etnográfica de pesquisa não procura pela natureza causal do

fenômeno, senão que busca a natureza processual, as maneiras como as interações sociais são construídas socioculturalmente, desenvolvidas nos mais diversos âmbitos.

A etnografia é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Os instrumentos de coleta (*sic*) e análise utilizados nesta abordagem de pesquisa, muitas vezes, têm que ser formulados, ou recriados, para atender à realidade do trabalho de campo. Assim, na maioria das vezes, o processo de pesquisa etnográfica será determinado explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador [e pelo participante]. [...]. Compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos (MATTOS, 2011, p. 51).

Para Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa revela uma longa, notável e atribulada história nos estudos das humanidades. Ela é um campo de investigação que atravessa disciplinas e temas. Em seu redor, encontra-se um arsenal complexo de termos, conceitos e epistemologias que se interligam; e qualquer definição da pesquisa qualitativa deve atuar dentro de um campo histórico que localiza o observador no mundo, na sociedade em que está inserido. Ela acaba sendo um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade à sociedade; essas práticas transformam o mundo em uma série de imagens e noções, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Em uma de minhas pesquisas etnográficas na Internet (o que alguns autores como Hine, 2004 e Polivanov, 2013, chamam de *netnografia* ou *etnografia digital*), perguntei a um usuário de um aplicativo de relacionamentos se ele poderia me ajudar em minha investigação acadêmica, mas me surpreendi com sua colocação. Transcrevo nosso breve diálogo:

**Pesquisado:** Manda o formulário aí man!

**Pesquisador:** Tudo bem? Não tenho formulário prévio. Gostaria de te fazer algumas perguntas, como uma entrevista mesmo. Será que você poderia me responder algumas coisas?

**Pesquisado:** Ué, cara, como assim? Não é uma pesquisa de faculdade? Não tem nenhum formulário? Como você vai saber se eu estou falando a verdade ou como eu vou saber se você está falando? Deve estar me zoando, né?

**Pesquisador:** Minha proposta de pesquisa é outra, não estou procurando dados numéricos, estatísticas, trabalho mais com narrativas, uma proposta mais qualitativa, sabe?

**Pesquisado:** Falou cara!

Conversa encerrada.

A fala do entrevistado nos faz refletir, especificamente, sobre dois pontos interessantes nas investigações acadêmicas: i) uma pesquisa só é válida se ela for tabulada e quantificada a partir de gráficos e formulários?; e ii) não podemos considerar uma pesquisa “cientificamente válida” caso ela não seja quantitativa?

De acordo com Mattos (2011), não precisamos somente quantificar para fazer ciência. Essa ideia decorre do falso pensamento de que a sociedade precisa ser analisada como uma realidade objetiva, pronta para ser captada pelos olhos do observador, e isso, teoricamente, só poderia ser realizado por meio de uma pesquisa objetiva, imparcial e neutra, sem o filtro dos olhos do pesquisador.

Acabamos, assim, por considerar “científico” só aquilo que é passível de ser quantificado, as análises, dessa forma, seriam substituídas por números, as discussões reflexivas por gráficos e tabelas e os diálogos teórico-epistemológicos por dados ditos concretos. Em outras palavras, para o participante da pesquisa, o fazer científico reside no fazer numérico, no estímulo causa

e consequência, em resultados padronizados que não permitam variações, exceções ou reflexões subjetivas.

Contrapondo-se a esse tipo de paradigma, a pesquisa qualitativa objetiva elucidar a construção de sentidos das ações humanas, em seu contexto real de ocorrência, em que indivíduos, em ação conjunta com outros participantes do mundo social, constroem interações. A preocupação, então, está na caminhada, no processo, e não no produto, no final; está na tentativa de entender e (re)construir a perspectiva dos participantes em suas relações de convivência.

Por isso, a pesquisa qualitativa é interpretativa, o que faz com que as análises passem pelo filtro e olhar do pesquisador, ou seja, o mundo não é observado independentemente das práticas sociais e significados vigentes, pois a capacidade de compreensão do observador é performatizada em seus próprios discursos, metalinguisticamente, no momento da construção dos sentidos que ele elabora sobre o objeto observado, uma vez que ele não é um relator passivo (BORTONI-RICARDO, 2008). Seria ilusório, portanto, pensarmos em uma observação neutra e objetiva por parte do pesquisador (ERICKSON, 2001).

Tudo isso não significa, no entanto, que não deva existir ponto de partida permeados por objetivos, organização, métodos, justificativa e, sobretudo, perguntas antecipatórias, pois a definição de um tema e a proposição das perguntas exploratórias são duas etapas iniciais muito importantes, dado que, para se realizar uma pesquisa, deve-se ter clareza do que se quer investigar (BORTONI-RICARDO, 2008). A investigação precisa ser iniciada “com perguntas exploratórias sobre temas que podem constituir problemas de pesquisa” (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 49); e no decorrer do trabalho, é possível retomar qualquer parte dela, desde que surja uma necessidade e haja uma justificativa para tal, podendo, até mesmo, todo o processo sofrer alterações.

Por isso, para Erickson (2001), as indagações prévias à pesquisa são fundamentais, e as perguntas iniciais de investigação que o etnógrafo deve ter em mente são:

1. O que está acontecendo em termos da ação social neste cenário específico?
2. O que essas ações significam para os atores no instante em que são realizadas?
3. Como isso tudo se organiza em padrões de organização social e de princípios culturais para se conduzir a vida cotidiana?
4. Como o que está acontecendo aqui se liga com o que se passa mais adiante em outros sistemas de ação?
5. Como a organização da vida cotidiana nesse cenário se compara com a organização em outros momentos ou lugares?

Além disso, não é mais possível desconsiderarmos a hibridação da “vida real” com a “vida digital”, ou seja, nossas vidas estão cada vez mais multissituadas, fragmentadas, translocalizadas, sobretudo com a intensificação dos aplicativos digitais e ampliação das redes de Internet pelo globo. Em outras palavras, nossas experiências atravessam paredes, fronteiras e telas e se misturam às experiências de outros sujeitos ao redor do mundo. Por isso, utilizo aqui a expressão pesquisa das vidas *on-lineOff-line*, para afirmar e enfatizar que as vidas *on-line* e *off-line* dos sujeitos contemporâneos estão cada vez mais imbricadas; vida “real” e “virtual” se hibridizam simultaneamente, tornando-se, na maioria das vezes, impossível distinguir uma da outra ou dizer onde uma acaba e outra começa (MOITA LOPES, 2020).

Somadas a estas interrogativas reflexões que tomem o fazer etnográfico como uma abordagem investigativa multissituada (GUIMARÃES, 2014; HINE, 2004; MARCUS, 1995) – por ser conduzida na justaposição de diferentes espaços internacionais: redes sociais, aplicativos virtuais, além de entrevistas físicas, conversas impessoais e formulários –, eu acrescentaria mais algumas perguntas que se relacionam ao ato de etnografar, sobretudo ligadas à pesquisa de investigação *on-lineOff-line*, na qual as relações humanas passam a conciliar e aliar vida *on-line* e *off-line* concomitantemente:

6. Como a vida social física, *off-line*, se relaciona com a vida virtual, *on-line*, na contemporaneidade?
7. Quais as relações que foram transformadas pelas redes e ambientes digitais a partir do advento da Internet?
8. Como os sujeitos constroem e reconstróem suas performances corporais e sociais em uma sociedade pautada pela superdiversidade e hipervisibilidade?
9. Como as telas podem ser, para algumas pessoas, objetos de materialização de desejos e afetos?
10. Quais são as possibilidades socioculturais, linguísticas, econômicas, políticas, ideológicas, entre outras, que o ciberespaço, as máquinas/telas/redes, podem trazer para a vida dos sujeitos contemporâneos?

A partir dessas indagações, deve-se ter em mente que o trabalho de campo envolve a participação intensiva, e de longa data, do pesquisador no cenário por ele escolhido, registrando, detalhadamente, o que foi observado em notas de campo e elaboração de diferentes materiais e documentos, assim como a subsequente sistematização dos dados. É um constante diálogo entre indução e dedução, fazendo com que, muitas vezes, termos específicos da investigação sofram mudanças durante o trabalho de campo. No entanto, é de fundamental importância que não se perca de vista as perguntas guias da pesquisa, sendo a exposição longa, muito duradoura, a cenários tão ricos pode gerar inúmeras possibilidades de pesquisa (GARCEZ; SCHULZ, 2015).

O etnógrafo, estando em campo, não imita nem se transforma em nativo, mas convive com ele buscando conhecer suas experiências e as vivências humanas (GEERTZ, 1978). Buscamos, com a etnografia, a compreensão dos saberes, das culturas e das possíveis maneiras de existir do outro, seu conjunto de símbolos ou de signos interpretáveis. Tais interpretações, entretanto, não são construções nativas, mas, sim, descrições dos antropólogos. Isto quer dizer: suas interpretações são análises já feitas em segunda mão, visto que a voz, a audição, a visão e a escrita do etnógrafo são ferramentas do conhecimento do outro, este apenas busca interpretar e reconstituir a heterogeneidade das narrativas e as cenas dos acontecimentos cotidianos do campo (GEERTZ, 1978).

### 3 “SULEAR” OS SABERES: ETNOGRAFAR “A PARTIR” DAS MARGENS

Entrar em campo significa levar conosco todas as nossas perspectivas históricas, filosóficas, sociais e culturais, sendo impossível nos despirmos de tudo isso para a realização da pesquisa. Ao *etnografar*, transitamos por espaços diversos da cidade, conhecemos realidades e pessoas muito diferentes daquelas com as quais estamos habituados a conviver, lidamos com crenças e ideologias muito diferentes das nossas, adentramos em escolas, igrejas, casas, praças, bairros, comunidades, bem como em lugares inusitados, como bares, festas, saunas, barcos e até motéis. Sem percebermos, nós também construímos relações de sociabilidade e, como pesquisadores, nos transformamos em atores dos cenários destas sociabilidades.

Seria impensável, hoje, fazermos apenas pesquisas como a de Bronislaw Malinowski, antropólogo e etnólogo britânico, no começo do século XX, um jovem polonês doutorando em Antropologia que foi até as ilhas Trobriand, onde ficou mais de três anos, aprendeu a língua nativa, colocou sua tenda no meio da aldeia dos habitantes e lá ficou conhecendo, pesquisando e analisando suas vidas.

O exótico e o peculiar sempre foram adjetivos que interessaram os antropólogos, uma vez que era comum, na visão científica cartesiana, utilizar as dicotomias “normal/anormal” e “comum/diferente” como base e referência para aquilo que era interessante (científico) estudar e aquilo que era óbvio (banal) demais para ser estudado. É exatamente o que nos coloca Peirano (2014, p. 389), ao afirmar que existe uma emergência de novas pesquisas que nos levem a constantes recomposições da antropologia, formas de repensarmos quem somos e como entendemos o mundo: “Se essa lição da antropologia for mais partilhada, teremos menos certezas, mais dúvidas e, com sorte, mais liberdade”.



Quando Chartier (1988) se refere à emergência de novos objetos de estudos históricos para a humanidade, ele dialoga, de maneira intertextual, com Peirano (2014), ao afirmar que há uma necessidade urgente de reflexões perante “a vida e a morte, as crenças e os comportamentos, os sistemas e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar etc.” (CHARTIER, 1988, p. 14); o cotidiano, em suma, passa do status de banalidade para o foco de interesse da etnografia, fazendo com que essas temáticas constituam novos territórios de análise e interpretação.

O ponto nevrálgico da questão é entender que a pesquisa etnográfica não deve ficar restrita às narrativas epistêmicas colonizadoras (tomadas como superiores pela visão cientificista acadêmica), ou seja, não focar única e exclusivamente em assuntos ditos “objetivos”, em grupos tomados como “passíveis de serem analisados”, pois suas culturas são mais interessantes comparadas àquelas tomadas como irrelevantes, triviais. Tomar algumas culturas e tradições como mais exóticas e encantadoras que outras é voltar às perspectivas guiadas por uma colonização acadêmica, submissa à produção científica “nortista” eurocentrada. Garcez e Schulz (2015, p. 27) nos alertam:

Entendendo as ações a partir da aproximação das perspectivas dos participantes e, assim, descentralizando nossa perspectiva do que está acontecendo naquele aqui-e-agora, nos mantemos atentos para evitar a adoção do modelo de mundo do colonizador em que especialistas acadêmicos salientam aspectos de uma grande narrativa epistêmica, composta por discursos que sustentam a sua falsa superioridade, segundo a qual, para progredir, desenvolver-se ou modernizar-se, a periferia deve receber conhecimento e técnicas difundidas do centro em vez de em razão de sua própria inventividade.

Não que seja possível (e coerente) desfazer-se de todos os saberes culturais e etnográficos eurocêntricos adquiridos através de décadas – até porque as primeiras expedições do antropólogo alemão Franz Boas, no final do século XIX, resultaram em técnicas e métodos até hoje muito importantes para a etnografia e a criação da Antropologia Cultural como campo epistêmico, inclusive no Sul Global. O que estou querendo defender, aqui, é que não se deve perder de vista que existem outras possibilidades (infinitas, inclusive) de se fazer etnografia, com um olhar mais voltado para a tentativa de “sulear” os saberes e conhecimentos, escutar as vozes do Sul, dar ouvido às margens, observar o periférico, ver o que antes não se era possível ver, etnografar junto àqueles que, durante grande parte da História, tiveram suas vozes caladas e postas no subterrâneo por um sistema que oprime e desumaniza.

Nessa perspectiva, Kleiman (2013) afirma que “sulear”, orientar a pesquisa em direção ao Sul, não está necessariamente associado ao Sul geográfico, territorial, mas a um Sul epistêmico, o qual corresponde às realidades e aos sujeitos social e historicamente marginalizados. Contudo, não se trata unicamente de focalizar e tentar “retratar” a realidade daqueles marginalizados, colocar a periferia no ponto central da pesquisa, pois não é “sobre” as margens, mas “a partir” das margens.

Visibilizar *outsiders* (BECKER, 2008), periféricos, invisibilizados ou socialmente silenciados (CELANI, 2005) – como sujeitos negros, gays, moradores de favelas, sem-teto, sem-terra, sem-escrita, entre outros –, é necessário para que haja um “giro”, ou “virada”, epistemológico, para a periferia e “a partir” dela, afinal, como sabemos, muitas vezes, os sistemas de saberes acadêmicos hegemônicos são *euro-eua-cêntricos*, deixando a periferia sulista subalternizada (KLEIMAN, 2013). Etnografar, então, com base nas vozes do Sul, significa também problematizar os conceitos cristalizados, academicamente, sobre gênero, raça, etnia, sexo e sexualidade, classe, refletindo a respeito de aspectos que direcionam às visibilidades/invisibilidades e suas relações de poder.

Etnografar “a partir” das margens, sob essa perspectiva, surge como uma possibilidade de contestar a colonialidade do poder-saber (QUIJANO, 2005), a qual deixou “feridas coloniais irreparáveis” (PEREIRA, 2015) ao reconhecer apenas a existência de uma matriz científica que naturaliza hierarquias raciais e de gênero, possibilitando a reprodução de dominações territoriais e epistêmica que oblitera saberes, experiências, subjetividades e formas de vida. A ideia de “colonialidade”, deste modo, nos possibilita compreender as construções das

hierarquizações, sugerindo que a diferença colonial é cúmplice do universalismo científico, do sexismo, do machismo, do racismo, da homofobia, entre outros.

Parafraseando Quijano (2005), Pereira (2015, p. 415) afirma que:

Decolonizar é se desprender da lógica da colonialidade e de seus efeitos; é desapegar-se do aparato que confere prestígio e sentido à Europa. Noutras palavras, decolonização é uma operação que consiste em se despegar do eurocentrismo e, no mesmo movimento em que se desprende de sua lógica e de seu aparato, abrir-se a outras experiências, histórias e teorias, abrir-se aos Outros encobertos pela lógica da colonialidade – esses Outros tornados menores, abjetos, desqualificados.

Estou aqui, por isso, problematizando, também, minha própria conduta como sujeito-pesquisador e minha própria escrita acadêmica de tese, produzindo uma autocrítica em relação aos discursos modernistas sobre a produção científica e paradigmas “nordestores” e “colonizadores”, não sendo possível negar minha “submissão” a esse tipo de saber-poder institucionalizado, pelo qual, segundo Camargo (2019, p. 38), “eu me torno um tipo de sujeito particular, isto é, um sujeito-pesquisador, para ganhar voz no ambiente acadêmico. No entanto, ao mesmo tempo que sou capturada por essa relação de ‘submissão’, ela também me autoriza a falar como pesquisadora”.

Torna-se imprescindível, nesse sentido, contestar os paradigmas cientificistas objetivistas, “desenfeitando-se dele”, como bem coloca Goldman (2003, p. 152). Para isso, é preciso construir um caminho que nos direcione pelas linhas da atividade sensível à transformação dos indivíduos que estão ligados ao ato de pesquisar: seguindo pistas e focalizando para as transformações ocorridas na vida dos sujeitos envolvidos na prática etnográfica.

É por isso, então, que defendo, juntamente com Goldman (2003) e Ramos (1990), uma perspectiva de etnografia em movimento, um tipo de pesquisa produzido por curtas viagens ao campo de estudo, mas que dispõe de um tempo contínuo de trabalho reflexivo. Esse tipo de pesquisa possibilita a construção de “um perfil gradual dos participantes da pesquisa porque as pessoas são transformadas ao longo do tempo” (RAMOS, 1990, p. 13). Ou seja, esse estilo de pesquisa está “menos focado na permanência e mais no movimento”:

Como num tear, o movimento de ida e volta entre o micro e o macro tem a vantagem de abrir ou fechar a lente antropológica de modo a enfatizar ora a figura, ora o fundo na busca pela compreensão tanto do detalhe quanto da Gestalt do social. É para alcançar esta compreensão que me servem as teorias antropológicas, e não para transformar a riqueza etnográfica em mera matéria-prima que alimenta a máquina de fazer jogos teóricos muitas vezes mirabolantes ou simplificados receituários que resultam numa uniformização de análises que não condiz com a diversidade cultural vigente. Acessemos as teorias, mas deixemos que elas cumpram o seu papel de guias produtivos a serviço de uma antropologia esclarecida (RAMOS, 1990, p. 44).

Pensar a etnografia como um método fechado, simétrico e paralelamente oposto (pesquisador versus pesquisador), é reafirmar paradigmas, conceitos, epistemes e teorias propostas lá atrás por Bronislaw Malinowski, ainda sob uma visão *euronortecêntrica*, criando-se, assim, fronteiras que são alargadas na aplicação de certas ferramentas teórico-metodológicas no campo da pesquisa, como são comumente vistas nas observações participantes que distanciam os sujeitos envolvidos, indicando quem pesquisa e quem é pesquisado (CAMARGO, 2019).

Partindo do pressuposto, portanto, de que a etnografia não é meramente um método científico, mas sobretudo um espaço de interação, entendimento e cumplicidade entre os sujeitos envolvidos, capaz de estabelecer relações, (re)narrar histórias de vida e mapear tempos-espacos construídos histórica e coletivamente, Geertz (1978, p. 7) realiza uma descrição sobre a prática etnográfica ao mesmo tempo em que alerta o etnógrafo para o seu trabalho em campo:



O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar (*sic*) dados – é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.

O ato de “etnografar”, então, não é mera observação, mas, acima de tudo, trabalho de interpretação. Segundo Hopkinson e Hogg (2006, p. 157, tradução nossa), “o interpretativista se preocupa em entender a realidade pela perspectiva dos sujeitos estudados num contexto específico, e explorar os significados com os quais eles constroem o mundo onde vivem”<sup>1</sup>. O paradigma qualitativo interpretativo no qual a etnografia se aloca não está interessado em descobrir leis universais por meio de generalizações numéricas quantitativas, senão que analisar situações específicas e todos os desdobramentos de suas construções (BORTONIRICARDO, 2008).

Para Denzin e Lincoln (2006, p. 390), a pesquisa qualitativa

[...] é interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contradisciplinar, que atravessa as humanidades, as ciências sociais e as ciências físicas. A pesquisa qualitativa é muitas coisas ao mesmo tempo. Tem um foco multiparadigmático. Seus praticantes são suscetíveis ao valor da abordagem de múltiplos métodos, tendo um compromisso com a perspectiva naturalista e a compreensão interpretativa da experiência humana. Ao mesmo tempo, trata-se de um campo inerentemente político e influenciado por múltiplas lealdades éticas e políticas. A pesquisa qualitativa adota duas tensões ao mesmo tempo. Por um lado, é atraída a uma sensibilidade geral, interpretativa, pós-experimental, pós-moderna, feminista e crítica. Por outro lado, é moldada para concepções da experiência humana e de sua análise mais restrita à definição positivista, pós-positivista, humanista e naturalista.

Dessa maneira, o etnógrafo passa a ser um sujeito capaz de olhar para a sociedade presente levantando questões de experiências passadas e perspectivas futuras, o que faz com que isso interfira na maneira como ele apresenta o conhecimento do mundo que investiga (SANTOS, 1993). O que ele tem, como qualquer outra pessoa, é uma forma (ora sublime, ora peculiar) de observar o mundo, de conhecer e interpretar os fenômenos sociais como produção de subjetividade e inteligibilidade, construindo olhares para o mundo e no mundo.

#### 4 ETNOGRAFIA MULTISSITUADA NA ERA DA ESTABILIDADE DINÂMICA

É fato que a pesquisa etnográfica não se resume a analisar e descrever o comportamento (ato físico) mas, sobretudo, a ação humana (ato físico sedimentado e informado pelos significados compartilhados pelos atores sociais envolvidos na interação) (ERICKSON, 2001). Na perspectiva da etnografia, devemos estar cientes de que não existem momentos estanques na pesquisa: tudo acontece simultaneamente, ou seja, é um trabalho constante de ir e vir, de visitar os registros sempre que necessário.

Por isso, adoto aqui a perspectiva da etnografia multissituada (GUIMARÃES, 2014; MARCUS, 1995; HINE, 2004), um modo de investigar a realidade social por meio do deslocamento do pesquisador de seu contexto cultural originário a outros contextos desconhecidos, sendo ela conduzida pela justaposição de diferentes espaços interacionais – como um aplicativo virtual e um contexto de fronteiras geográficas, nesse caso específico. Além disso, essa perspectiva

---

<sup>1</sup> No original: “the interpretivist is concerned with understanding reality from the perspective of the subjects studied in a specific context, and exploring the meanings with which they construct the world in which they live” (HOPKINSON; HOGG, 2006, p. 157).

defende que a subjetividade do pesquisador está altamente implicada no processo de investigação, pois é o contato desta com outras subjetividades o que contribui para a produção do conhecimento num movimento de aproximação e afastamento, familiaridade e estranhamento (OLIVEIRA, 2017).

A *etnografia multissituada* busca, nesse panorama, privilegiar uma proximidade crítica e reflexiva, considerando as vozes e vivências daqueles que vivem as práticas, não buscando neutralidade e objetividade científica. Assim, as análises e discussões discursivas que produzo aqui estão abertas a outras reflexões e são passíveis de novos questionamentos e contribuições epistemológicas (GUIMARÃES, 2014).

Mas, então, como fazer pesquisa em um território no qual tudo parece existir e não existir ao mesmo tempo? Ou seja, tudo parece estar ali à minha frente, mas, concomitantemente, não é possível tocar em nada como no “mundo real” – mesmo sabendo que conceito de realidade não é o ponto nevrálgico para a etnografia, mas, sim, as interações e representações construídas a partir do ponto de vista dos envolvidos. Ou seja, como afirma Peirano (2014), as etnografias não devem ser construídas sob a ótica de retrato fiel e verossímil da realidade, pois elas são ficções, narrativas não objetivas, ou seja, construídas *por* e *em* múltiplos e polifônicos discursos.

Desta forma, continuamos a analisar e observar os sistemas e sujeitos não como documentos históricos, mas por suas histórias de vida e contribuição teórico-etnográfica. Para a autora, então, a pesquisa etnográfica deve ter em seu bojo objetivos capazes de:

- i) contestar os sistemas de equilíbrio então influentes na antropologia; ii) eliminar a ideia de sistemas fechados (tribo, aldeia etc.); iii) propor que podem ser considerados rituais todos os aspectos comunicativos das relações sociais; iv) indicar que sistemas políticos podem *oscilar* em uma só região; e, finalmente, v) chamar a atenção para o fato de que os limites/fronteiras da sociedade não são coincidentes com os da cultura — lição que ainda vai contra o senso comum e é, portanto, fundamental para que compreendamos a sociedade de hoje, em que movimentos e fluxos se reafirmam e se despedaçam, paradoxalmente, ao mesmo tempo (PEIRANO, 2014, p. 383).

O crescimento de pesquisas voltadas à virtualidade também levou os etnógrafos a refletirem a respeito dos métodos utilizados pela etnografia tradicional para enxergar os processos não digitais/virtuais, e se estes continuavam sendo aplicáveis às discussões e técnicas voltadas ao ciberespaço. Foi nesse cenário que as discussões sobre a viabilidade de adotar ou não novos termos surgiram, não só para indicar uma distinção linguística, como também uma especificidade metodológica. Netnografia, etnografia virtual, ciberantropologia, antropologia digital, entre outros, foram categorias criadas academicamente para tentar abarcar e abranger todos os leques de possibilidades que os estudos nas mídias e redes digitais proporcionaram. Tais estudos se configuram

[...] na aplicação de técnicas etnográficas de coleta (*sic*) de dados para estudar problemáticas que têm lugar no ciberespaço, podendo ser este entendido como mais um entorno de socialização com linguagens próprias e no qual tensões e conflitos podem aparecer com os mesmos graus de intensidade e legitimidade que nos espaços *off-line*. Porém, para além do reconhecimento que progressivamente tem ganhado a aplicação desses métodos em ambientes *on-line*, os “netnógrafos” expõem-se ainda a muitos desafios relacionados principalmente à ideia do ciberespaço como um ambiente incapaz de preencher por si só as demandas empíricas de uma pesquisa desse tipo (POLIVANOV, 2014, p. 95).

Para Pelúcio (2016), a pesquisa em mídias digitais tornou mais acessível, e compreensível, a vida íntima, tanto afetiva quanto sexual, ampliando os limites investigativos antes restringidos pelas dificuldades impostas pela exposição face a face, isso porque, nesse último tipo de investigação, as barreiras morais delimitam mais radicalmente o que se pode falar ou mostrar. Assim, o contato mediado expandiu a pesquisa em rede, aumentando tanto o número de

possibilidades de encontrar pessoas quanto o “espaço” a ser explorado, exigindo dos pesquisadores outras formas de fazer etnografia.

Durante os primeiros meses de pesquisa, eu vivia tão imerso nesse mundo digital que, às vezes, parecia que, mesmo não estando mais com meu celular na mão ou computador à minha frente, eu ainda estava dentro desse universo, era como se eu não tivesse mais um botão de liga/desliga para quando eu fosse entrar ou sair da Internet, não havia um momento, uma hora específica, para eu decidir entrar e sair do ambiente virtual. Vida *on-line* e vida *off-line* estavam imbricadas, ou melhor, era apenas vida.

É inegável que estamos vivendo, hoje, práticas nas quais o ambiente virtual e as telas são constitutivas de quem estamos nos tornando, sujeitos em constante construção: “No híbrido telas-vida, investimos intensamente na produção e consumo de textos, envolvidos que estamos nas mudanças sociodiscursivas possibilitadas pelas tecnologias contemporâneas de informação” (FABRÍCIO, 2022, p. 11).

Por isso, faço das palavras de Moita Lopes (2020, p. 3) as minhas:

Hoje é impossível imaginar nossas vidas sociais sem pensá-las *on-lineOff-line* ao mesmo tempo, em grande parte do planeta. Mesmo a maioria das práticas sociais *off-line* não existem independentemente daquelas *on-line*. Para muitas pessoas, a vida tem lugar em conjunto com a tela de um celular, pelo menos. Quem pensaria, em tempos relativamente recentes, que poderíamos encontrar parceiros/as sexuais por meio de aplicativos de encontros afetivo-sexuais; viver vidas multissituadas na escola, nas lanhouses, e no Facebook, nos quais sensualidade e raça se interseccionam; ou ter relações sexuais por meio de telas de máquinas computacionais acopladas a sensores, em um mundo pós-humano?

Toda essa imersão *on-lineOff-line* parecia possibilitar novas vivências e performances, tanto para mim quanto para os sujeitos que ali estavam inseridos. As subjetividades parecem estar mais à flor da pele na internet, pois a impressão é de que todos podem ser quem quiserem sem medo, tanto dos julgamentos preconceituosos quanto das apresentações de suas identidades.

A tela parece manter, assim, um distanciamento muito longínquo entre os agentes da comunicação, ela se torna um escudo contra a superexposição, a hipervisibilidade (MISKOLCI, 2015), uma máscara para esconder aquilo que não quer ser (ou não deve ser) mostrado. Esse veículo parece possibilitar experiências novas de desejos sublimados e vontades subterrâneas, ou seja, aquilo que na vida *off-line*, por questões culturais e políticas, não seria permitido ser dito e/ou vivido.

O virtual é, então, aquilo que existe em condição de potência, e não como ato em si, isto é, existe enquanto um conjunto de códigos digitais, sendo, portanto, um espaço de conexão aberta pela interconexão universal de computadores, encorajando relações independentes dos territórios geográficos e da coincidência dos tempos (NOGUEIRA, 2020). A rapidez com que a Internet democratizou as informações promoveu mudanças substanciais no modo de vida das pessoas, fazendo com que as interações se realizassem de maneiras distintas – em relações contínuas entre “virtual” e “real”, em que um domínio não se desliga do outro. O uso da Internet pode ser apenas um iniciador de algo que vai desencadear no cotidiano dos sujeitos.

Se pararmos para pensar, desde o começo do processo globalizatório dos anos 1980 até a pandemia do coronavírus, com seu pico em 2020, a rede mundial virtual teve um aumento considerável e rápido de usuários. São mais de 4,6 bilhões de pessoas conectadas à Internet atualmente pelo mundo todo, número representado pela proporção de 6 em cada 10 pessoas que acessam as redes por meio de um computador, *tablet* ou celular. Mesmo o “Norte” global liderando esses números, o “Sul” do globo tem suas conexões virtuais crescendo de maneira exorbitante, fazendo com que os espaços *Web* e as redes sociais se tornem os meios mais utilizados para a construção e a disseminação de conteúdos artísticos e culturais hoje. Os estilos de vida digital tornaram (e continuam tornando) os indivíduos consumidores de cultura,

de forma que, até pouco tempo atrás, era dificilmente concebível, senão mesmo impensável (CASTELLS, 2011).

A revolução tecnológica fez emergir um novo paradigma social, descrito por Castells (2011) como “sociedade em rede”, baseado no poder da informação, o qual possibilita conectar todos os indivíduos à escala mundial, além de construir novos significados aos conceitos de tempo e de espaço, transformando a forma de comunicar e de perceber a realidade. É inegável que nossos celulares se tornaram a extensão de nossas mãos, quase que “um membro removível no corpo humano” (PRECIADO, 2008, p. 45):

Seu celular está sempre tocando (ou assim você espera). Uma mensagem brilha na tela em busca de outra. Seus dedos estão sempre ocupados: você pressiona as teclas, digitando novos números para responder às chamadas ou compondo suas próprias mensagens. Você permanece conectado – mesmo estando em constante movimento, e ainda que os remetentes ou destinatários invisíveis das mensagens recebidas e enviadas também estejam em movimento, cada qual seguindo suas próprias trajetórias. Os celulares são para pessoas em movimento (BAUMAN, 2004, p. 78).

Na contemporaneidade, segundo Bauman (2004), presenciamos a transição de uma condição de solidez para uma estrutura social mais líquida, ou seja, as ideias, as certezas, os padrões, a noção de tempo e espaço, entre outros, mudam muito rapidamente, e constantemente. Tal condição se configura como uma instabilidade diante das instituições e relações humanas. As características desses novos tempos, mais volúveis e fugazes, se configuram por uma condição na qual a mutabilidade é a única regra permanente, sendo marcas desses tempos a “propensão a mudanças, mobilidade e inconsistências, da superficialidade dos vínculos, o desengajamento, o desvencilhar-se, o esfriamento das relações humanas em todas as esferas da vida social” (AMARAL, 2014, p. 140).

Rosa (2019, p. 11), seguindo essa linha de raciocínio, discorre sobre o paradoxal conceito de “estabilidade dinâmica”, o qual defende que “uma sociedade é moderna somente quando consegue se estabilizar dinamicamente”. É a própria capacidade de tornar estável e contínua a aceleração de processos sociais que definiria a modernidade. Contraditoriamente, portanto, as sociedades modernas somente se estabilizam por meio da dinamização, isto é, encontra-se a firmeza somente na inconstância.

As sociedades da aceleração precisam se desenvolver, constantemente, por meio de concorrência e de acumulação de capital. Se há um impeditivo a tal crescimento, somos levados a profundas crises econômicas e, em decorrência disso, a abalos político-ideológicos (ROSA, 2019). A “obrigação de ampliação, rapidez e transformação é o que provê a estabilidade dinâmica, provocando a velocidade e aumento do consumo material, do uso dos computadores e da propagação de notícias: uma lógica que deve ser continuamente repetida na direção de sempre gerar expansão” (MOITA LOPES, 2020, p. 5).

O ciberespaço tornou-se, assim, um espaço de sociabilidade no qual os desejos e afetos se conectam mais rapidamente com as fantasias dos sujeitos, produzindo novas formas de intersubjetividade. Nesse território, os sujeitos experienciam um jogo transitório entre estar no global e, ao mesmo tempo, no local, nem sempre sendo obrigados a escolherem por apenas uma opção dentre as infinitas possibilidades disponíveis na Internet. É o que Canclini (1995) classifica como *glocalização* do tempo/espaço, quando há a ampliação dos espaços de manifestação da política para além do institucional e na direção da politização da vida, “um claro processo de produção local do global e projeção global do local, no qual incidem disputas simbólicas e políticas pela correta representação dessas grandezas e dimensões, assim como pelo alcance de reivindicações por autonomia e justiça” (CANCLINI, 1995, p. 98).

O universo digital integra um complexo campo no qual a dinâmica da vida contemporânea, marcada pela aceleração do tempo, entrelaça esfera pública e privada, desejos físicos e virtuais, estímulos corporais e tecnológicos. O uso intensificado desse universo nos coloca frente a uma das mais radicais transformações sociais do presente, incidindo sobre as formas como temos nos relacionado e refletindo fortemente nas nossas maneiras de sentir e controlar emoções; além disso, tudo isso nos exige todo um aprendizado para lidar com as novas formas

de nos comunicarmos, estabelecidas pelas tecnologias (GIDDENS, 1992; BAUMAN, 2004; ILLOUZ, 2011; CASTELLS, 2011).

A dicotomia real/virtual, físico/digital, *off-line*/*on-line* se dissipa nos contextos contemporâneos de aceleração contínua. Em vez de tomar essa cisão como dada, a realização de estudos etnográficos deve permitir observar o forte aspecto contingencial das práticas sociais relacionadas à Internet, em seus diversos modos de articulação com o contexto não virtual:

Vale ressaltar que a própria história das práticas na internet deve ser observada como um dos elementos que contribuíram para a constituição dessa dicotomia entre o *on-line* e o *off-line*. Em um primeiro momento, o imaginário da internet estava bastante voltado para a possibilidade de se criar um “novo eu” virtual desvinculado do “verdadeiro” self cotidiano, percepção que foi perdendo força, relativamente, com a expansão das redes sociais e a ênfase na exposição de si (CAMPANELLA; BARROS, 2016, p. 7).

Isso significa dizer que deve existir, obviamente, a necessidade de se manter as características do conhecimento antropológico no estudo das novas mídias digitais, conceber a etnografia como uma possibilidade de imersão profunda em contextos culturais específicos, já que, na perspectiva etnográfica, o fato social não é percebido como isolado, mas, sim, vinculado a outras esferas da vida que se interligam e ganham sentido dentro de um todo que as precede: “As novas mídias, portanto, entram na vida de sujeitos específicos, que se orientam a partir de códigos culturais particulares que criam práticas diversas a serem analisadas” (CAMPANELLA; BARROS, 2016, p. 8).

## 5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A Internet oferece novos caminhos para formas de estudos de mídia que exploram as atividades humanas, isso porque o ciberespaço passou a ser encarado como um componente do cotidiano dos sujeitos, tanto que são raras as vezes que falamos em ficar *on-line* ou ficar *off-line* – como se a Internet e suas inúmeras redes sociais fossem um lugar para onde viajamos e depois voltamos. Pelo contrário, na contemporaneidade, acabamos por usar o ciberespaço de maneira despercebida para fazermos nossas atividades, dado que o território digital contribuiu, e continua contribuindo, para a construção e a ressignificação dos sentidos culturais. Nesse sentido, os estudos etnográficos passaram a ter que repensar seus fazeres científicos para dar conta de uma sociedade que muda a todo instante em uma espécie de “estabilidade dinâmica”.

O estudo das redes se torna significativo para as compreensões das performances da vida social, pois qualquer fragmento individual dos dados derivados da Internet é passível de ser interpretado de diversas maneiras, dependendo dos contextos em que se incorpora e adquire significado.

O ciberespaço acaba sendo um ambiente fragmentado em diferentes espaços simbólicos, constituídos e operacionalizados pelas práticas e interações que ocorrem em seu interior, modificando, assim, a maneira como os sujeitos se constituem e constituem suas relações, construindo novas e outras possibilidades de subjetividades (NOGUEIRA, 2020). As tecnologias virtuais, assim, incrementam, à nossa noção temporal, a simultaneidade, a ideia de estar em muitos lugares ao mesmo tempo, e em muitos tempos em um só lugar (CASTELLS, 2011).

As pesquisas *on-line*/*off-line* contribuem amplamente, deste modo, para o estabelecimento da Internet como fonte de estudos culturais, ou seja, o território das redes é um construto espacial da ação humana, e o ciberespaço acabou por transformar-se em um lugar plausível para a realização de reflexões e análises dos comportamentos sociais.

Independentemente do ambiente em que estamos inseridos, com o passar do tempo, e no decorrer das conversas com nossos interlocutores, tanto *on-line* como não virtuais, temos que *aprender a lidar com*: aprender a lidar com aproximações (tendo que saber quando chamar os entrevistados para conversar ou quando não estão afim de dar entrevista); aprender a lidar com tatos e contatos (já que lidamos com pessoas de carne e osso, bem como de tela e foto,

o que faz com que tomemos ainda mais cuidado com questões éticas e de alteridade); aprender a lidar com desejos e afetos (sabendo que muitos sujeitos nos dão entrevistas para “fins” científicos, como também há aqueles que podem ocultar seu segredos mais profundos); por fim, aprender a lidar comigo mesmo enquanto pesquisados (saber que sou pesquisador, mas/e também um sujeito dotado de emoções, curiosidades, subjetividades, ideologias, desejos, medos e afetos; saber quando parar e quando continuar; aprender a ouvir e aprender a falar, saber quando perguntar e saber quando silenciar; aprender a olhar, a ceder, a abrir mão, a mudar). Nisso consiste o fazer etnográfico: aprender a *lidar com*.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, S. C. Modernidade e individualismo sob a ótica de Bauman e Giddens. *Revista Científica Internacional*, Campos dos Goytacazes-RJ, v. 1, n. 9, p. 138-175, 2014.
- CAMPANELLA, B.; BARROS, C. (Org.). *Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos*. Rio de Janeiro: E-papers, 2016.
- BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BECKER, H. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola, 2008.
- CAMARGO, M. *“Acuenda esse bajubá!”: indexicalidades e interseccionalidades nas performances narrativas de uma travesti quilombola*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Trad. Roneide Venâncio Majer. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- CELANI, M. A. Questões de ética na pesquisa em Linguística Aplicada. *Revista Linguagem & Ensino*, Pelotas-RS, v. 8, n. 1, p. 101-125, jan./jun. 2005.
- CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Org. José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ERICKSON, F. Prefácio do livro. In: COX, M. I. P.; ASSIS-PETERSON, A. A. de. *Cenas de sala de aula*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.p. 78-97.
- FABRÍCIO, B. F. Nosso ser-assim é uma atividade. In: MOITA LOPES, L. P. da. *Estudos Queer em Linguística Aplicada Indisciplinar: gênero, sexualidade, classe e raça*. São Paulo: Parábola, 2022. p. 62-84.
- GARCEZ, P. de M.; SCHULZ, L. Olhares circunstanciados: etnografia da linguagem e pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil. *Revista Delta*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 39, p. 1-34, 2015.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora. UNESP, 1992.
- GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 46 n. 2. 2003.
- GUIMARÃES, T. F. *Embates entre performances corpóreo-discursivas em trajetórias textuais: uma etnografia multissituada*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.
- HINE, C. *Etnografia virtual*. Barcelona: Editorial UOC, 2004.
- HOPKINSON, G. C.; HOGG, M. Stories: how they are used and produced in market(ing) research. In: BELK, R. (Ed.). *Handbook of qualitative research methods in marketing*. Northampton, UK: Edward Elgar Publishing, 2006.p. 45-62.
- ILLOUZ, E. *O amor nos tempos do capitalismo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.



- KLEIMAN, A. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações. In: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). *Linguística aplicada na modernidade recente*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 114-135
- MARCUS, G. Ethnography in/of the World System: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v 24, p. 95-117, 1995.
- MATTOS, C. L. G. de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G. de (Org.). *Etnografia e educação: conceitos e usos*. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2011. p. 56-69.
- MISKOLCI, R. *Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- MOITA LOPES, L. P. da. Desejo na biopolítica do agora: performatividades escalares em um aplicativo de encontros homoafetivos. *Revista Delta*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 36, p. 1-37, 2020.
- NOGUEIRA, G. *Caças e pegações on-line: subversão e reiterações de gênero e sexualidades*. Salvador: Devires, 2020.
- OLIVEIRA, L. de. Etnografia, pesquisa multissituada e produção de conhecimento no campo da comunicação. *Revista de Epistemologias da Comunicação*, Rio de Janeiro, n. 10, v. 5. p. 72-81, jul./dez. 2017.
- PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- PELÚCIO, L. Afetos, mercado e masculinidades contemporâneas: notas iniciais de uma pesquisa em aplicativos móveis para relacionamentos afetivos/sexuais. *Revista Contemporânea*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 309-333, 2016.
- PEREIRA, P. P. G. Queer decolonial: quando as teorias viajam. *Revista Contemporânea*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 411-437, 2015.
- POLIVANOV, B. *Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia?* Implicações dos conceitos. Ribeiro Rio de Janeiro: Editora UFF, 2013.
- PRECIADO, P. B. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Trad. Maria Paula Gurgel e Veronica Daminelli Fernandes. Madrid: N-1 edições, 2008.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Trad. Boaventura Santos. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 78-95.
- RAMOS, A. R. Ethnology Brazilian style. In: *Trabalhos em Ciências Sociais*. Anais, Brasília: Universidade de Brasília, 1990.
- ROSA, H. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993. p. 91-110.
- URIARTE, U. M. *O que é fazer etnografia para os antropólogos*. São Paulo: Ponto Urbe, 2012.